



Relatório e Contas da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

referentes ao Exercício 2019



Relatório da Atividade



INTRODUÇÃO

O esforço levado a cabo no desenvolvimento do Corfebol, ao longo destes últimos anos, tem assentado numa assinalável de resiliência da reduzida estrutura do FPC perante a contínua necessidade de manter inúmeras atividades de desenvolvimento em paralelo com a atividade competitiva.

Manteve-se a persistência nas atividades regionais que no norte quer no centro, embora que ainda está longe a autonomia importa relevar que os aspectos práticos de demonstração e prática começam a revelar uma capacitação suficiente para acontecerem regionalmente. Tal é o caso de atividades direccionadas para o desporto nas escolas e para o desporto adaptado à deficiência intelectual, que desponta de forma espectacular, como demonstra o facto de o campeão nacional de Corfebol Adaptado da 1ª divisão ser de Santarém e o da 2ª divisão ser de Vila do Conde.

Registam-se evidentes constrangimentos na programação de actividades e sustentabilidade financeira dos projectos, dando clara prioridade em torno de projectos estruturantes, salvaguardando ao limite o equilíbrio financeiro da Federação.

Contribuem para a pressão sobre a despesa um acréscimo da actividade competitiva internacional, que em 2019 incluiu um Campeonato do Mundo no África do Sul, de inevitáveis custos impostos pelo transporte e logística e por esse exigiu um esforço de financiamento na banca para para acorrer a pagamentos precoces pedidos pela IKF, pelos organizadores dos torneios e campeonatos e também pelas transportadoras aéreas, fazendo concentrar o volume principal da despesa na primeira metade do exercício.

Este dever de representação internacional, substância fundacional da Utilidade Pública Desportiva, contas feitas, correspondeu a um importante encargo para a Federação, mas que em contrapartida contribuiu para um ascenso do prestígio do nosso corfebol e dos atletas portugueses em particular, sendo hoje bandeira de apresentação do Corfebol em todas as iniciativas de desenvolvimento e sessões públicas de intervenção.

A FPC, em paralelo, reforçou o seu foco nos projetos e missões de desenvolvimento do Corfebol nacional, em especial na especialização dos seus quadros competitivos, enquanto visando

1. Promover o Corfebol e o valor social das suas características desportivas e co-educacionais;
2. Contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo através de medidas que responderam eficientemente às múltiplas oportunidades, com que nos deparamos;
3. Gerir e planear de uma forma criteriosa, objectiva e sustentável as múltiplas acções com vista ao desenvolvimento do Corfebol no país;
4. Envolver parceiros externos que qualificam e potenciam o nosso programa de acção;
5. Granjear o respeito das entidades de governo, autarquias, parceiros desportivos nacionais e internacionais;
6. Amplificar o retorno do investimento em torno da modalidade.

Deste modo, todos os projectos e acções apresentados neste Relatório de Actividades visaram alcançar os objectivos gerais por que pugnamos: o desenvolvimento e visibilidade do Corfebol.



POLÍTICA INSTITUCIONAL

O decurso de anos de gestão da Federação tem relevado a importância de iniciativas do foro institucional que eleve a discussão e atenção sobre as características específicas e únicas da modalidade a esferas da vida social e política que não estão no trajecto natural da actividade desportiva.

São disso exemplo a insistente e persistente iniciativa de contacto com as autarquias locais, quer os seus órgãos quer as suas divisões orgânicas, seja pela actividade desportiva seja pelas iniciativas ligadas às academias e desporto nas escolas seja no desenvolvimento da disciplina adaptada.

Pontos habituais da relação com a FPC são os vereadores e suas divisões de desporto, educação e acção social.

Há no entanto esferas da decisão que decorrem da administração central e das leis restantes peças legislativas que extravasam o raio de acção das autarquias, pelo que o Presidente iniciou no final de 2018 um conjunto de acções tendentes a levar o Corfebol ao Parlamento e aos Grupos Parlamentares.

Depois de audiências com os vários Grupos Parlamentares nomeadamente, Bloco de Esquerda, Centro Democrático Social, Partido Social Democrata e Partido Comunista Português ficaram já em agenda, para o início de 2019, as audiências com os restantes Grupos Parlamentares e audições na Sub-comissão para a Igualdade e Não Discriminação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias e no Grupo de Trabalho do Desporto da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Reconhecimento do Corfebol na Igualdade de Género

O reconhecimento da estratégia da FPC e das características únicas do Corfebol, pela Secretária de Estado para Cidadania e Igualdade, materializado pela indicação do Presidente da Federação para o lugar de Observador do Conselho Consultivo da Comissão da Igualdade e Cidadania, agência governamental que lidera no terreno as políticas governamentais de combate às desigualdades sociais, em parceria com um vasto leque de ONGs interventivas junto da população, levou à presença e participação ativa em múltiplas reuniões e conferências com significado relevante no domínio da cidadania, dos direitos cívicos e igualdade.

AS ACADEMIAS DE CORFEBOL DO 1º CICLO

O ano de 2019 ficou marcado pelo reforço da actividade nas 3 academias de corfebol do 1º ciclo: Laranjeiras, Braamcamp Freire e Coimbra mercê de uma visão mais estruturada da prática e apoiada por professores e monitores, envolvendo centenas de crianças semanalmente:

1. Academia das Laranjeiras – sustentada no 3º ano de contrato de parceria com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, conta com no conjunto das três escolas básicas do agrupamento com uma forte contribuição da EB das Laranjeira, a maior do Agrupamento das Laranjeiras. Este Agrupamento tem a característica peculiar de a sede do agrupamento (Escola Secundária D, Pedro V) se encontrar sediada numa



outra freguesia, gerando uma descontinuidade com o resto das escolas do grupo. Nesta Academia a actividade semanal, em cada uma das escolas, decorre durante os CAF e é levada a cabo por monitores indicados pela Federação.

2. Academia de Braamcamp Freire (aka Pontinha) – assente na parceria entre o Agrupamento do mesmo nome, o Município de Odivelas e a Federação, integrando 7 escolas básicas, onde o Corfebol está integrado no horário curricular. Tendo iniciado esta actividade no arranque do ano lectivo de 2018/2019 já evidencia uma franca actividade de centenas de crianças do 1º ao 4º ano, incluindo no seu programa torneios intra e inter-escola.
3. Academia de Coimbra – resultado da parceria da FPC com o CASPAE de Coimbra manteve a cobertura, durante 2019, das 10 escolas básicas de Coimbra, com mais de 600 alunos, num enquadramento nas AECs, cujos professores são contratados por aquela IPSS, que inclui uma Academia de desporto, na sua estratégia.

O sucesso desta estratégia depende da capacidade de se poder preparar as escolas EB23 dos referidos agrupamentos para, acolhendo o grosso dos alunos oriundos do 1º ciclo e com a sua prática regular de Corfebol, pelo menos durante os últimos anos, possam dela dar continuidade.

É um trabalho em profundidade no enquadramento do ensino, mas que também para as crianças e jovens que se queiram orientar por um comportamento, releva a importância de clubes exteriores ao ensino para competir.

Há um esforço grande nesta direcção por parte das iniciativas da FPC, mas são conhecidas debilidade de história fora da área metropolitana de Lisboa.

2019 confirmou as boas notícias decorrentes do esforço aplicado nesta direcção.

QUADRO COMPETITIVO NACIONAL

O Quadro Competitivo Nacional, que registou mais de 270 jogos oficiais, desenrolou-se num enquadramento de três Divisões, que disputaram o Campeonato Nacional em paralelo com a Taça de Portugal, e terminando com a SuperTaça Mário Godinho, em 1 de Novembro de 2019.

Os campeonatos nacionais depois de jornadas que incluíram 235 jogos, terminaram com play-offs entre os primeiros 4 lugares da classificação final de cada divisão.

Os campeonatos nacionais de escalões jovens (infantis, iniciados, juvenis e juniores) decorreram com base em 14 torneios e 297 jogos, agendados a partir de Dezembro de 2018:

- 6 torneios de infantis e iniciados envolvendo 136 jogos
- 4 torneios de juvenis com 92 jogos
- 4 torneios de juniores com 69 jogos

e que ditaram os respetivos campeões nacionais. Para outros escalões mais jovens foi acordado com os clubes a forma competitiva sendo encontradas formas de integração com o desporto escolar dos mesmos escalões (infantis e iniciados).



A Taça de Portugal concluiu-se com a Final4, e que constituiu pela qualidade e concentração dos jogos uma boa oportunidade de divulgação da modalidade, tendo como palco o Pavilhão Feliciano Barros, em Loures.

Realizou-se também a grande jornada de Corfebol de Praia, que reuniu mais de 16 equipas, no estádio de areia do Estádio Universitário da Universidade de Lisboa, tendo constituindo a base de recrutamento de atletas que vieram a constituir a Seleção Nacional de Praia que viria a conseguir a medalha de ouro em Bonson (França) no Campeonato do Mundo, no mês de julho.

Com a início da época, teve lugar a abertura e arranque, no início de novembro, dos campeonatos nacionais de 1^a, 2^a e 3^a divisões da época 2019-2020;

São de realçar assim os seguintes resultados qualitativos:

1. as mexidas no tradicional ranking de equipas e suas qualificações na 1^a divisão
2. o aumento da competitividade nas 2^a e 3^a divisões evidencia uma melhoria no trabalho de desenvolvimento nas camadas de formação dos clubes de onde emerge uma maior maturidade e talento
3. o aumento do número de equipas e jornadas de equipas de escalões jovens como aposta de futuro, e uma maior articulação com o Desporto Escolar
4. a reafirmação da competição de praia como um instrumento de alargamento competitivo e de visibilidade da modalidade.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Todos os objectivos foram alcançados definindo 2019 como o melhor ano de participação internacional de sempre, com dois vectores principais:

1. Portugal participou em todos os escalões e formatos de competição internacional ao nível de selecções nacionais
2. Portugal afirmou-se no seu enorme potencial transversalmente a estas participações.

Classificações obtidas nas competições de 2018

1. Sub15 - Indoor - Vice-campeões do mundo, Praia - Vice-campeões do mundo
2. Sub17 - 4^o lugar Taça do Mundo – a melhor classificação de sempre no escalão Sub17, fruto de um persistente trabalho de desenvolvimento junto das camadas ais jovens do desporto federado
3. Sub19 - 6^o lugar Campeonato do Mundo 2019
4. Sub21 - 6^o lugar Campeonato da Europa conquistando o acesso ao Campeonato do Mundo 2020
5. Séniores Beach Korfebol - Campeões do Mundo, depois de dois anos consecutivos com a prata, a seleção nacional logrou o resultado histórico mais relevante pois, pela primeira vez, ao longo da sua história
6. Séniores In-door - 8^o lugar Campeonato do Mundo – assegurando a qualificação para os Jogos Mundiais de 2021, que terão lugar em Birmingham, EUA

A pressão orçamental provocada pelas enormes despesas decorrentes da participação no Campeonato do Mundo em Durban, na África do Sul, teve condicionamentos sérios nas nossas



participações: planteis no mínimo das suas composições, ausência de fisio/massagista, e abstenção de jet-leg.

Em algumas provas intensas, a reduzida capacidade de recomposição e recuperação, do desgaste e lesões durante os jogos criou efeitos nefastos para as nossas justas pretensões, logo perante seleções nacionais que registaram um fortíssimo desenvolvimento das suas capacidades competitivas.

A estratégia seguida tem duas consequências centrais: a necessidade de manter este nível de presença respondendo à grande expectativa gerada nos praticantes e fans de Corfebol quanto às oportunidades de representarem Portugal nas competições internacionais, e por outro, ter uma leitura de carreira internacional dos treinadores e atletas que permita rentabilizar o investimento técnico e financeiro decorrente de um trajecto que começa bem cedo nos sub15 e almeja identificar e preparar talentos para integrar as selecções seniores.

Foi também determinante para esta fase de sucesso ter sido estendido o tempo de preparação a um calendário mais vasto e menos concentrado na aproximação das competições.

No que concerne aos Sub15, foram convidados a observação atletas integrados em equipas do Desporto Escolar, tendo daí resultado a identificação precoce de novos valores e que serão chamados a participar em futuras iniciativas de internacionalização.

Numa perspectiva de desenvolvimento de futuro a FPC continuou a sua linha estratégica de preparação de valores e talentos internacionais. A sua particular atenção às camadas mais jovens e sua maturação dos novos valores quer na experiência de convívio com características diversificadas do Corfebol Internacional quer na preparação psicológica quer física, indispensáveis à carreira desportiva individual.

PROGRAMA NACIONAL - DESPORTO PARA TODOS

Dando seguimento à implementação do projeto Corfebol Adaptado integrado na iniciativa do Plano Nacional de Desporto para Todos promovido pelo Instituto do Desporto em 2015 e apoiado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação foi desenvolvido da seguinte forma:

Eixo 1 – Quadro Competitivo

O Quadro Competitivo integrado nos moldes do quadro competitivo oficial da FP Corfebol, com uma base de qualificação e uma grande final supervisionada pelo Diretor da FPC para as competições, é composto pelos Clubes representando as Instituições de acolhimento (IPSS, CERCIS, APPACDM) que inscreveram as suas equipas na 1ª ou 2ª divisão conforme o seu nível de qualificação.

- 1ª divisão: equipas cujo nível de desenvolvimento dos praticantes seja bom.
- 2ª divisão: equipas cujos níveis dos praticantes apresentem níveis de dificuldades técnicas e funcionais mais acentuadas, em fase de iniciação e/ou com prática de treino desportivo reduzido, cujas performances se encontram abaixo dos parâmetros da 1ª divisão.



Foram realizadas jornadas distritais nas quais foram seleccionados os dois primeiros classificados em cada uma das divisões de cada distrito.

A competição culminou numa fase final na qual as equipas disputaram, num sistema de todos contra um a uma volta, o lugar de campeões da 1ª e 2ª divisão.

Fase Regional Lisboa - 8 Abril 2019 - Estádio do Belenenses - Lisboa	
EQUIPAS 1ª DIVISÃO	EQUIPAS 2ª DIVISÃO
AFID 1	AFID 2
Casa de S. Vicente 1	Amorama
Cerciama	APCL
Cerci Lisboa	APECI
Cerci Tejo	APERCIM
Elo Social	Casa S. Vicente 2
Quinta Essência	CCRAM
	Cerci Oeiras
Fase Regional Centro - 15 Maio de 2019 - Pavilhão Clube Stella Maris - Peniche	
Equipas 1ª Divisão	Equipas 2ª Divisão
APPACDM SANTARÉM	OASIS
CERCIPOM	APPACDM Marinha Grande
CRIT	CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL RAINHA D. LEONOR
CERCI PENICHE	
FASE REGIONAL SUL - 17 JUNHO DE 2019 - COMPLEXO DESPORTIVO DE GRÂNDOLA	
EQUIPAS 2ª DIVISÃO	
CERCIMB	
CERCIBEJA	
APPACDM PORTALEGRE	
FASE REGIONAL NORTE - 17 Junho 2019 - Pavilhão Municipal de Gulpilhares - Gaia	
EQUIPAS 2ª DIVISÃO	
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	
APPACDM DE MATOSINHOS	
CLUBE GAIA	
APPACDM VILA NOVA DE GAIA	
CERCIFEL	
CERCIAMARANTE	
FASE FINAL - 10 OUTUBRO 2019 - PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE PORTO DE MÓS	
EQUIPAS 1ª DIVISÃO	EQUIPAS 2ª DIVISÃO
APPACDM SANTARÉM	OASIS
AFID	CERCIBEJA
CERCIPOM	AMORAMA
CERCITEJO	CASA S. VICENTE 2
CASA S. VICENTE	CCRAM
CERCI LISBOA	APCL
	APPACDM MARINHA GRANDE
	S.C. MISERICÓRIDA VILA DO CONDE
	APPACDM MATOSINHOS

Eixo 2 – Desenvolvimento

No seguimento da estratégia de desenvolvimento foram realizadas ações com várias instituições de solidariedade social na região Norte expondo o projeto, tendo aderido as seguintes Instituições.

- ALADI – Lavra
- APPACDM - Maia



- ASSIS – Póvoa de Lanhoso
- Câmara Municipal de Paredes
- Fundação António Joaquim Gomes da Cunha – Cabeceiras de Basto
- MADI – Vila do Conde
- Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
- APPACDM-Anadia
- APPACDM-Aveiro
- CASCI – Ílhavo
- CERCIESTA – Estarreja
- CERCIVAR

Foram já realizadas ações de formação em algumas das Instituições, tendo ficado agenda a realização de uma ação de formação conjunta no dia 14 de Abril em Ovar na CERVIVAR. Estas ações são realizadas por técnicos da FP Corfebol e têm como objetivo dotar os técnicos dos conhecimentos necessários para implementarem o Corfebol nas suas Instituições e prepararem as suas equipas.

Para além dos momentos formativos com os técnicos são realizadas igualmente, ações de dinamização com os atletas de cada uma das Instituições.

Estão previstas também a realização de duas ações práticas separadas uma a realizar em Espinho a outra prevista para Aveiro.

No Norte contamos com a apoio do nosso parceiro é a ANDDI.

Avaliação global das ações realizadas

No ano de 2019 aderiram ao projeto Corfebol Adaptado mais dez novas equipas com cerca de 120 novos atletas tendo se inscrito e participado pela primeira vez nos convívios/competições que realizámos.

O desempenho, rigor e qualidade técnica demonstrados por algumas equipas e em especial as 6 novas equipas do Norte foram surpreendentes e demonstraram a necessidade da organização proceder a algumas alterações no regulamento especialmente no que à 1ª divisão diz respeito.

Deste modo concluímos que os resultados quer no eixo 1 quer no eixo 2 foram conseguidos.

No eixo 3 pretendíamos potenciar lógicas de +capacitação e +inclusão criando programas de formação para técnicos nacionais e estrangeiros que não conseguimos implementar em virtude de não termos reunido as condições financeiras de que este eixo carecia.

CONTRATO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS / HUMANOS

Tal como nos anos anteriores para melhorar os desempenhos e capacidades técnicas dos vários agentes desportivos da nossa modalidade, para a FP Corfebol continua as ser



fundamental a existência de um plano integrado de formação como o que temos vindo a preparar em conjunto e com o apoio do IPDJ.

No seguimento da estratégia de desenvolvimento iniciada há 6 anos, o Corfebol tem vindo a crescer e a ampliar os seus horizontes chegando cada vez mais a outras comunidades de praticantes onde a formação inicial se torna fundamental, pelo que a grande maioria dos objectivos colocados para 2019 foram atingidos e continuam pertinentes para 2020.

A formação é fundamental para o crescimento e desenvolvimento da modalidade, sendo imprescindível apostar na formação de todos os agentes desportivos, desde os dirigentes, aos árbitros, secretários técnicos, treinadores, e demais agentes, como forma de promover a aquisição e actualização de novos conhecimentos.

Foram executadas as seguintes 26 ações de formação:

- Formação Inicial de Treinadores Grau II - 1
- Formação Contínua de Treinadores (FCT) - 1
- Formação Inicial de Árbitros/Juízes (FIA) - 2
- Formação Contínua de Árbitros/Juízes (FCA) - 5
- Ações de Formação de Dirigentes (FD) - 1
- Ações de Formação de Professores (FP) - 5
- Ações de Formação de Clinics de Corfebol - 11

Os incumprimentos registados, perante outras ações que estavam em plano, devem-se às restrições de disponibilidade que se verificam nos nossos agentes desportivos. Sendo o Corfebol uma modalidade amadora e os agentes desportivos têm na maior parte dos casos de desempenhar várias funções e conciliá-las com as carreiras profissionais e académicas, retirando-lhes a disponibilidade para a frequentar ações de formação.

Por outro lado, apesar de termos vindo a registar um ligeiro aumento anual no financiamento, ele esteve ainda aquém de um nível que nos permitiria realizar e aperfeiçoar conteúdos didáticos, de algumas ações, envolvendo mais recursos materiais e pedagógicos tirando por exemplo, partido de formadores estrangeiros de referência na modalidade que contribuam para elevar a qualidade das ações de formação.

Um terceiro aspeto importante registado está no aumento de cargas horárias de algumas formações. A formação é uma das prioridades da FPC tendo sido adotada uma estratégia supressão ou diminuição das taxas de inscrição em várias formações como forma de incentivar um maior número de formandos que de outra forma não se inscreveriam nas ações embora que, esta diminuição, tenha contribuído para reduzir significativamente a autonomia da federação intensificando a dependência do apoio do IPDJ.

Todas as ações de formação são suportadas em inquéritos de avaliação, cujo tratamento estatístico é depois enviado para os formadores respetivos, para que possam ir melhorando os aspetos identificados como menos positivos.

De modo geral as estatísticas revelaram um elevado nível de satisfação relativamente aos formadores que foram considerados bastante competentes tendo-lhes sido reconhecido um



excelente domínio e clareza na exposição dos assuntos, simpatia e boa capacidade inter-relacional e de motivação dos formandos mesmo relativamente a matérias bastante teóricas e complexas, pontualidade e rigor no cumprimento do programa e horário das sessões.

Duas reflexões finais sobre o plano de formação executado:

- Para se desempenhar as funções de árbitro ou treinador não é suficiente ter sido jogador/atleta de Corfebol. São funções que cada vez mais determinam saberes distintos em áreas de conhecimento e que são determinantes na evolução dos desempenhos dos recursos humanos desportivos e por essa razão determinantes no desenvolvimento da modalidade. Impondo a necessidade no desenvolvimento de saberes em áreas que fundamentam o saber fazer, o saber ser e o saber estar, tem colaborado para formar treinadores mais exigentes e mais qualificados que no caso da nossa modalidade tem-se refletido no crescimento e incremento das capacidades técnicas dos nossos atletas que têm vindo a conquistar lugares de destaque cada vez mais relevantes quer a nível nacional, quer internacional. Por outro lado, os conteúdos formativos apresentados neste plano de formação foram concebidos/articulados de acordo com as necessidades dos formandos sendo por essa razão importantes contributos para a melhoria nos seus desempenhos.
- As formações têm contribuído para um melhor ajustamento dos conteúdos e metodologias dos ciclos anteriores. Têm cooperado para aumentar o número de técnicos em várias das funções chave para o desenvolvimento da modalidade tais como a arbitragem e treinadores, assim como melhorar as suas competências técnicas e científicas fundamentais para interceder com capacidade no complexo processo que é a preparação dos atletas para a atividade desportiva. No caso dos workshops para alunos e formação de professores tem contribuído para um aumento bastante expressivo de escolas a adotarem o Corfebol nos seus planos curriculares. (Em 2018 existiam apenas 16 escolas a nível nacional com GE de Corfebol; em Outubro/2019 (dados cedidos pela DGE/DE) o número de escolas com GE excedeu as nossas expectativas atingindo o número de 31;

Os objetivos alcançados na totalidade continuam pertinentes para 2020 porque consideramos que as sessões técnicas e de orientação dos árbitros, para além dos testes, nos cursos de árbitros têm como objetivo oferecer aos nossos árbitros sustentáculos para melhorarem os seus desempenhos e auxiliarem na evolução da sua carreira.

A formação de árbitros e secretários técnicos tem sido uma das grandes prioridades da FP Corfebol. Os Secretários Técnicos receberam valiosos ensinamentos em sessões técnicas e de orientação, criados para ajudarem quer os árbitros, quer os juízos, a alcançarem padrões mais elevados.

Também a formação de Treinadores que já é desde a sua implementação, através do PNFT, uma das mais importantes áreas de desenvolvimento no contexto de treinadores de Desporto. Formar Treinadores significa formar futuros formadores de atletas e quanto melhores treinadores tivermos, maior será a eficácia de treino dos nossos atletas e consequentemente melhores desempenhos atingirão.

ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CP ÉTICA



A candidatura da FP Corfebol para a Ética no desporto dividiu-se em 2 componentes: Ações de sensibilização e um projeto inovador de desenvolvimento orientado para as escolas.

Formação/sensibilização - ações

Foram realizadas 7 ações de sensibilização durante o ano de 2019.

- O Bulling e as novas formas de violência
- Corfebol & ética para todos
- Igualdade de género e fair play
- A ética o desporto e os pais
- Código da ética desportiva
- Corfebol & Ética para Todos
- Corfebol & a Violência no Desporto

Em cada uma das sessões a FP Corfebol designa um orador a quem é pedido para fazer uma preleção inicial sobre o tema da sessão, suscitando um debate aberto por parte da audiência que compagina com a sua própria experiência.

Estas sessões têm demonstrado um interesse cada vez maior por parte da audiência que exterioriza cada vez mais a sua repulsa pelos atos de violência da atualidade que acontecem em especial no futebol assim como nos comportamentos de alguns agentes desportivos que põem em causa valores tão importantes como a ética, o espírito desportivo, o respeito, a solidariedade, a honestidade, a inclusão, a cooperação, entre outros.

Para além das ações de sensibilização supramencionadas, a FP Corfebol tem adotado a estratégia de em todas as ações de formação organizadas pelo departamento de formação, assim como nos torneios de jovens e juvenis, encontrar as formas mais adequadas para abordar os temas de valores éticos e de fair play cada vez mais indispensáveis no desporto.

Assim sendo para além das 7 ações de sensibilização supra identificadas, foram realizadas mais 23 ações de formação:

- 1 Curso de Formação de treinadores grau II
- 3 Cursos de Árbitros (formação inicial)
- 4 Cursos de Árbitros (formação contínua)
- 5 Ações de formação de Professores
- 9 Workshops de introdução ao Corfebol (nas escolas)

Projetos inovadores de desenvolvimento

A FPC com o apoio do IPDJ/PNED propôs se desenvolver com a prática do Corfebol nas Escolas um verdadeiro projeto exemplar com a criação de escolas inclusivas.

Sendo o Corfebol a única modalidade desportiva coletiva mista promovendo exemplarmente a igualdade do género, a colaboração inter grupo e a não violência no desporto, potencia



pela experimentação lúdico-desportivo, desde a mais tenra idade, uma educação que garante de forma efetiva os critérios e valores éticos e de fair play.

O Corfebol contribui de uma forma co-educativa para prevenir o bullying, a violência no namoro, a violência doméstica, contrasta com a onda de violência crescente nos estádios desportivos e nas claques, contraria com valores humanistas e colaborativos a sociedade tendencialmente individualista potenciada pelos falsos instrumentos de comunicação abstrata das redes sociais.

O projeto destina-se à comunidade escolar do 2º e 3º ciclo, tirando partido das características já referidas, bem como, das contribuições para a mobilidade, para o equilíbrio, atenção, lançamento de bola, muito procurado na atividade desportiva e experimental das crianças destas idades.

O projeto inclui o apetrechamento e os recursos humanos indispensáveis ao arranque do projeto, desde logo entendido, como um projeto a longo prazo que acompanhe as crianças/jovens na evolução, não só do seu crescimento, mas também do seu percurso escolar que é condição imprescindível para os efeitos duradouros na sua formação e preparação para a vida.

Objetivos

Contribuir para o desenvolvimento do espírito de colaboração e ética que são pressupostos da formação humana e da prática desportiva.

CONSIDERANDOS FINAIS PERSPECTIVOS E PROSPECTIVOS

Perspectivos

1. Mantém-se uma debilidade em recursos financeiros, materiais e humanos para acorrer a múltiplas oportunidades de desenvolvimento que de uma forma crescente têm surgido em todas as geografias
2. Contribuiu para o apetrechamento e melhoria do desenvolvimento da execução, a continuação do apoio da Junta da freguesia em que a FPC está sediada, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento do projecto de academias e de representação internacional, embora com um valor financeiro bem mais reduzido,
3. Mantém-se a inércia dos patrocínios privados apesar de se registar o apoio em géneros e logístico pelas autarquias que pode ter potencialmente de se aproximar dos objectivos em orçamento
4. Os recursos humanos limitados constituem uma constrição relevante ao desenvolvimento da actividade de desenvolvimento, aleada a uma enorme carência de voluntariado, mercê também dos calendários escolares preenchidos por todo o horário de dia.

Prospectivos

1. Mantém-se a necessidade de reforçar e multiplicar as relações de sinergia com as autarquias locais e associações que disponibilizem os meios para a divulgação e desenvolvimento de parcerias locais.



2. O tecido escolar é vasto e complexo mas é aí que se colhem os sinais de desenvolvimento da modalidade no futuro. O 1º ciclo mais próximo das autarquias de proximidade e associações de pais é um grau que tem de merecer continuada atenção, evidenciando a modalidade Academia como formato apropriado e apoio pelas autarquias. Para além dos workshops para professores de educação física do 1º ciclo, a formação acreditada de professores aumenta o número de professores oficiais de ensino aptos e motivados para o Corfebol nas escolas e a criação de grupos-equipas e clubes de escola.
3. Continuar a sensibilizar os clubes de Corfebol para a necessidade de um maior número de iniciativas de desenvolvimento e experimentação, tanto quanto possível, integrados em acções conjuntas com a Federação, alavancando o seu crescimento.
4. Reforçar o foco na AM de Lisboa, nomeadamente nos concelhos ao Sul do Tejo5. Retirar o maior partido da emergente AM de Coimbra.
5. Desenvolver acções de divulgação junto dos clubes desportivos incentivando a criação de seções de Corfebol como prática desportiva que mobiliza jovens de ambos os sexos.
6. Para além de se ter concretizado a mobilização de um colaborador no Norte, criar condições para levar a Coimbra as experiências e ajudas dos Clubes de Corfebol da Área Metropolitana de Lisboa.
7. Aproveitar as sinergias com a expansão do Corfebol que tem proporcionado a Disciplina Adaptada, nomeadamente nos distritos do Sul e da AM do Porto.
8. Arrancar com o projecto Olivais joga misto para lançar a Academia de 1º ciclo com o já planeado apoio da Junta dos Olivais, com futura influência em Lisboa Oriental
9. Reforçar a relação com a DGE e em particular com o Desporto Escolar, alavancando o crescente interesse no Corfebol nas escolas, juntando as camadas de Iniciados e infantis com as acções do DE.



Relatório Financeiro e Contas da Direção

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2019

1 - Introdução

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Corfebol, com sede social em Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Corfebol, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

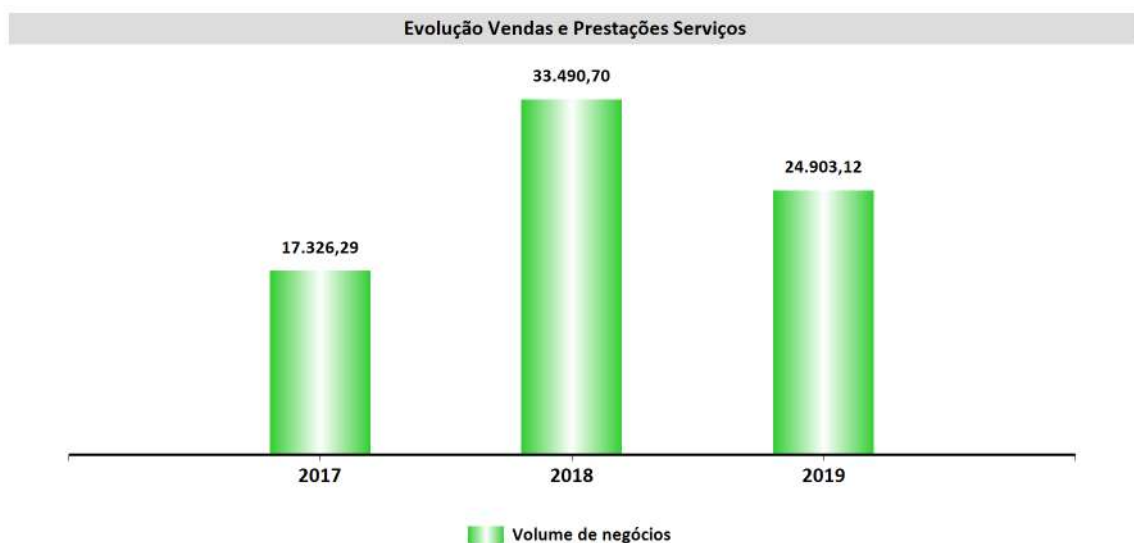
1.1 - Apresentação da Entidade

O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de 800 atletas federados. Conta agora com 42 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa. Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as nossas seleções nacionais têm conseguidos excelentes resultados nas competições internacionais, em todos os escalões. Atualmente, os maiores clubes são Núcleo de Corfebol de Benfica, Clube Carnaxide Cultura e Desporto, Clube de Corfebol de Oeiras, Club Internacional de Foot-ball, Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, Korfball Lisbon Project, Grupo Desportivo dos Bons Dias e Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

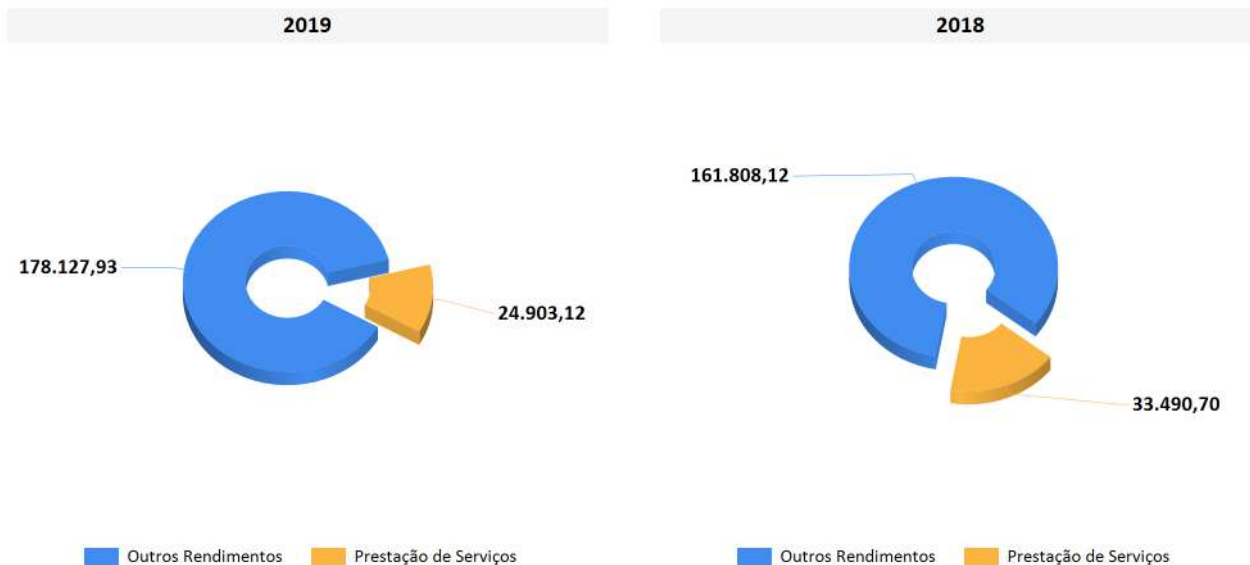
2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

O volume de negócios atingiu um valor de 24.903,12 euros, representando uma variação de (25,64)% relativamente ao ano anterior.

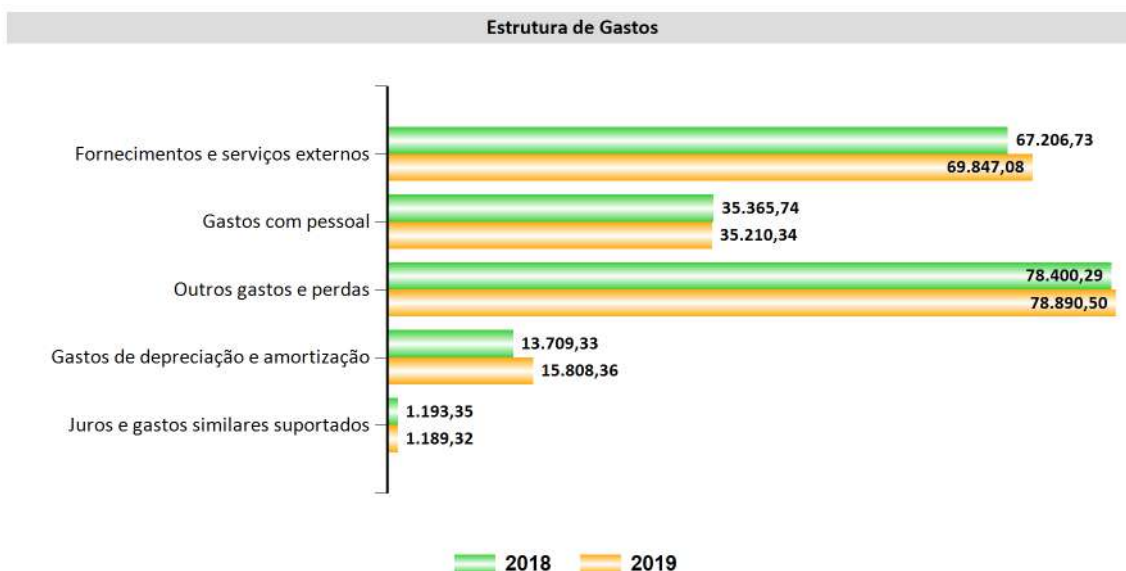
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



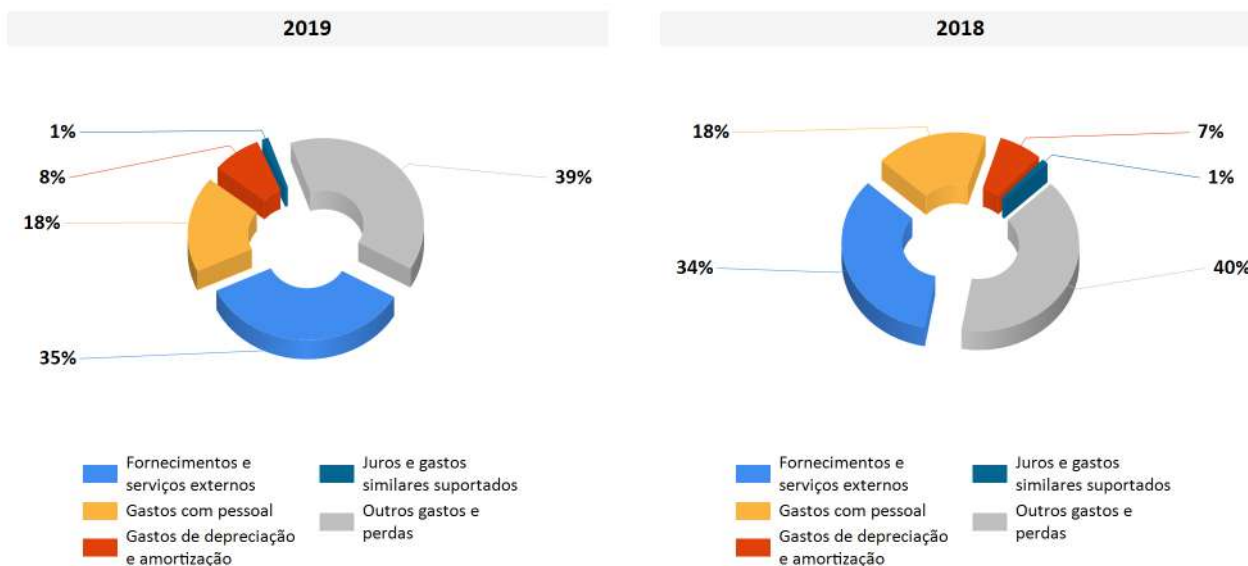
RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2019



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



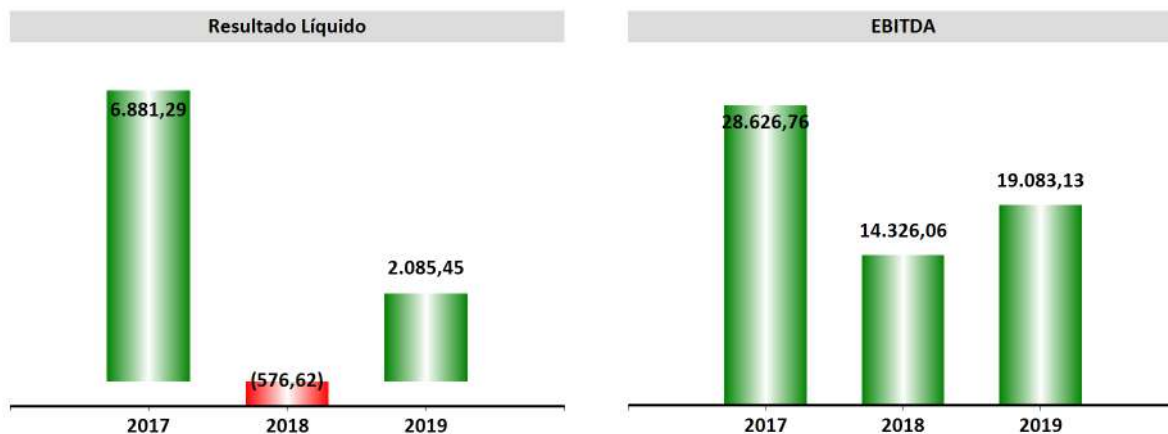
RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2019



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

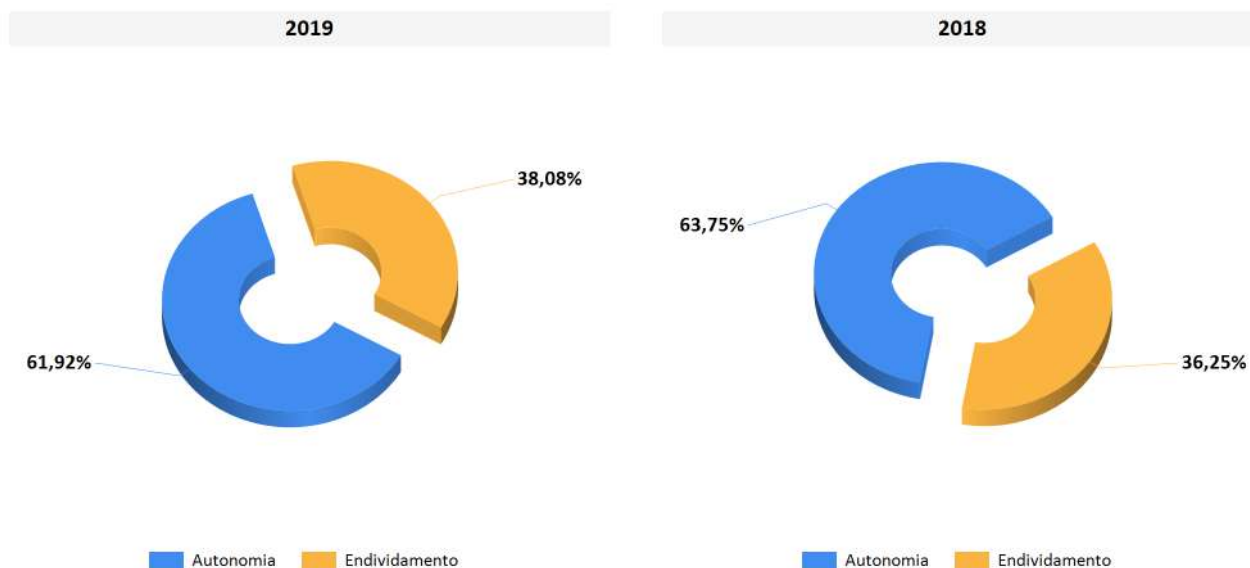
RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Gastos com Pessoal	35.210,34	35.365,74	29.241,55
Nº Médio de Pessoas	2,00	2,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	17.605,17	17.682,87	29.241,55

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



RELATÓRIO DA DIREÇÃO DO ANO 2019

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Autonomia	0,62	0,64	0,59
Solvabilidade	1,63	1,76	1,41
Liquidez Geral	0,98	0,67	0,58

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2019		2018	
Ativo não corrente	50.326,17	63 %	47.585,65	76 %
Ativo corrente	29.873,03	37 %	15.284,50	24 %
Total ativo	80.199,20		62.870,15	

RUBRICAS	2019		2018	
Capital Próprio	49.660,89	62 %	40.077,49	64 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	30.538,31	38 %	22.792,66	36 %
Total Capital Próprio e Passivo	80.199,20		62.870,15	

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2019

3 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A Federação espera em 2020, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

4 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Corfebol:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2019.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Corfebol no período económico findo em 31 de dezembro de 2019 realizou um resultado líquido de 2.085,45 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2019
Resultados Transitados	2.085,45

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO DO ANO 2019

6 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Corfebol.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 02 de março de 2020

A Direção



Balanço

Balanço em 31-12-2019
 (montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	50.236,14	47.560,06
Outros créditos e ativos não correntes	8	90,03	25,59
		50.326,17	47.585,65
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	7.560,41	1.239,00
Diferimentos	8	473,56	419,93
Caixa e depósitos bancários	11	21.839,06	13.625,57
		29.873,03	15.284,50
Total do ativo		80.199,20	62.870,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	9.259,18	9.259,18
Resultados transitados	8	(4.127,24)	(3.550,62)
Excedentes de revalorização	8	6.300,00	6.300,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	36.143,50	28.645,55
Resultado líquido do período		2.085,45	(576,62)
Total dos fundos patrimoniais		49.660,89	40.077,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	1.836,70	1.582,00
Estado e outros entes públicos	10	1.387,61	1.506,26
Financiamentos obtidos	5;8	21.124,75	14.833,47
Outros passivos correntes	8;9	6.189,25	4.870,93
		30.538,31	22.792,66
Total do passivo		30.538,31	22.792,66
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		80.199,20	62.870,15



Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	6	24.903,12	33.490,70
Subsídios, doações e legados à exploração	7	170.325,05	150.007,49
Fornecimentos e serviços externos	6	(69.847,08)	(67.206,73)
Gastos com o pessoal	9	(35.210,34)	(35.365,74)
Outros rendimentos	6	7.802,88	11.800,63
Outros gastos	6	(78.890,50)	(78.400,29)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		19.083,13	14.326,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(15.808,36)	(13.709,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.274,77	616,73
Juros e gastos similares suportados	5	(1.189,32)	(1.193,35)
Resultado antes de impostos		2.085,45	(576,62)
Resultado líquido do período		2.085,45	(576,62)



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2019
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	9.259,18			(3.550,62)	6.300,00	28.645,55	(576,62)	40.077,49		40.077,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(576,62)		7.497,95	576,62	7.497,95		7.497,95
	7				(576,62)		7.497,95	576,62	7.497,95		7.497,95
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							2.085,45	2.085,45		2.085,45
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							9.583,40	9.583,40		9.583,40
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6+7+8+10	9.259,18			(4.127,24)	6.300,00	36.143,50	2.085,45	49.660,89		49.660,89

Demonstração das Alterações de Fundos Próprios do período findo em 31-12-2019
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018 1		2.377,89			(3.550,62)	6.300,00	18.922,71	6.881,29	30.931,27		30.931,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							9.722,84		9.722,84		9.722,84
	2						9.722,84		9.722,84		9.722,84
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								(576,62)	(576,62)		(576,62)
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								9.146,22	9.146,22		9.146,22
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Distribuições		6.881,29						(6.881,29)			
	5	6.881,29						(6.881,29)			
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 6=1+2+3+5		9.259,18			(3.550,62)	6.300,00	28.645,55	(576,62)	40.077,49		40.077,49



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		24.903,12	26.420,70
Pagamentos a fornecedores		71.276,93	148.240,07
Pagamentos ao pessoal	9	35.472,08	21.818,10
Caixa gerada pelas operações		(81.845,89)	(143.637,47)
Outros recebimentos/pagamentos		121.777,53	145.126,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		39.931,64	1.489,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	18.484,44	
<i>Investimentos financeiros</i>		64,44	25,59
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		14.824,70	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(3.724,18)	(25,59)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	24.549,47	35.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	50.984,78	33.849,14
<i>Juros e gastos similares</i>	5	1.558,66	586,35
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(27.993,97)	564,51
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8.213,49	2.028,44
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	13.625,57	11.597,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	21.839,06	13.625,57



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de Setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- a) Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- b) Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- c) Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- d) Representar a modalidade dentro e fora do país;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- f) Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2019.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a terça-feira, 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em segunda-feira, 31 de dezembro de 2018.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos. Os ativos fixos tangíveis estão a ser depreciados à taxa máxima.

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			79.257,96	17.400,00	6.203,46					102.861,42
Depreciações acumuladas			35.141,45	14.382,84	5.777,07					55.301,36
Saldo no início do período			44.116,51	3.017,16	426,39					47.560,06
Variações do período			6.001,19	(2.898,84)	(426,27)					2.676,08
Total de aumentos			18.484,44							18.484,44
Aquisições em primeira mão			18.484,44							18.484,44
Total diminuições			12.483,25	2.898,84	426,27					15.808,36
Depreciações do período			12.483,25	2.898,84	426,27					15.808,36
Saldo no fim do período			50.117,70	118,32	0,12					50.236,14
Valor bruto no fim do período			97.742,40	17.400,00	6.203,46					121.345,86
Depreciações acumuladas no fim do período			47.624,70	17.281,68	6.203,34					71.109,72

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			58.136,71	17.400,00	6.203,46					81.740,17
Depreciações acumuladas			24.968,76	11.484,00	5.139,27					41.592,03
Saldo no início do período			33.167,95	5.916,00	1.064,19					40.148,14
Variações do período			10.948,56	(2.898,84)	(637,80)					7.411,92
Total de aumentos			21.121,25							21.121,25
Aquisições em primeira mão			21.121,25							21.121,25
Total diminuições			10.172,69	2.898,84	637,80					13.709,33
Depreciações do período			10.172,69	2.898,84	637,80					13.709,33
Outras transferências					0,00					0,00
Saldo no fim do período			44.116,51	3.017,16	426,39					47.560,06
Valor bruto no fim do período			79.257,96	17.400,00	6.203,46					102.861,42
Depreciações acumuladas no fim do período			35.141,45	14.382,84	5.777,07					55.301,36

5 - Custos de empréstimos obtidos
5.1. Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2019 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 1.189,32 euros.

5.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		21.124,75		1.189,32	840,57				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		21.124,75		1.189,32	840,57				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		21.124,75		1.189,32	840,57				

5.3. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	1.189,32	1.193,35
Juros de financiamentos suportados	840,57	1.193,35
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	840,57	1.193,35
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	348,75	

6 - Rendimentos e gastos

- 6.1. **Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

- 6.2. **Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	24.903,12	33.490,70
Outros réditos	178.127,93	161.808,12
Total	203.031,05	195.298,82

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios, doações e legados à exploração - 170.325,05 euros

Outros rendimentos - 7.802,88 euros

- 6.3. **Outros Rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Outros Rendimentos	7.802,88	11.800,63	11.155,96
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	76,13		
Imputação de Subsídios para Investimentos	7.326,75	6.190,35	8.410,91
Outros		5.610,28	2.745,05

- 6.4. **Outros Gastos**

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2019	2018	2017
Outros Gastos	78.890,50	78.400,29	46.186,75
Impostos	681,18	626,13	456,01
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos	195,00	375,00	100,00
Quotizações	285,00	5.885,00	4.105,00
Outros	77.359,98	71.204,32	41.326,89
Outros Gastos de Financiamentos	369,34	264,21	

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" respeita a gastos específicos da atividade desportiva, são os seguintes:

Seguro desportivo - 5.004,00 euros

Troféus - 5.873,94 euros

Organização de campeonatos - 60.326,38 euros

6.5. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	36.992,89	37.195,07
Trabalhos especializados	6.132,11	6.062,06
Publicidade e propaganda	999,95	6.150,00
Vigilância e segurança	695,06	532,80
Honorários	25.184,30	23.543,55
Conservação e reparação	3.725,37	306,70
Outros	256,10	599,96
Materiais	3.354,30	2.646,31
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.392,16	579,66
Livros e documentação técnica	41,99	
Material de escritório	1.801,04	1.912,26
Artigos para oferta		32,40
Outros	119,11	121,99
Energia e fluidos	4.515,15	3.642,71
Eletricidade	685,00	738,37
Combustíveis	3.361,11	2.414,98
Água	469,04	489,36
Deslocações, estadas e transportes	14.360,78	9.574,88
Deslocações e estadas	5.497,92	4.563,68
Outros	8.862,86	5.011,20
Serviços diversos	10.623,96	14.147,76
Rendas e alugueres	7.320,91	7.103,44
Comunicação	2.615,28	6.034,27
Seguros	300,66	257,43
Limpeza, higiene e conforto	387,11	752,62
Total	69.847,08	67.206,73

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas
7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	15.913,19	14.824,70	7.326,75						
Para ativos fixos tangíveis	15.913,19	14.824,70	7.326,75						
Equipamento básico	15.913,19	14.824,70	7.326,75						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	139.172,58	157.175,30	157.175,30						
Valor dos reembolsos efetuados no período	15.913,19	14.824,70	7.326,75						
De subsídios ao investimento	15.913,19	14.824,70	7.326,75						
De subsídios à exploração									
Total	139.172,58	157.175,30	157.175,30						

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude:

Desenvolvimento da prática desportiva - 103.000,00 euros

C.P. Formação RH - 9.000,00 euros

Corfebol para todos - 22.500,00 euros

Ministérios (IRN) - 12.500,00 euros

Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica - 10.000,00 euros

No exercício de 2019 foram adquiridos vários equipamentos básicos, nomeadamente postes e cestos no montante de 18.484,44 euros, dos quais 7.326,75 euros comparticipados pelo subsídio do desporto para todos.

Estes equipamentos encontram-se a ser depreciados à taxa máxima, sendo o subsídio reconhecido em resultados na mesma proporção.

O registo deste subsídio encontra-se consagrado na NCRF - ESNL 14.

7.2. Donativos

Os donativos atribuídos à Federação ascenderam a 13.149,75 euros.

8 - Instrumentos financeiros
8.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

8.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2018 e 2019, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	9.259,18			9.259,18
Resultados transitados	(3.550,62)	576,62		(4.127,24)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6.300,00			6.300,00
Outros excedentes	6.300,00			6.300,00
Outras variações nos capitais próprios	28.645,55	7.326,75	14.824,70	36.143,50
Subsídios	23.645,55	7.326,75	14.824,70	31.143,50
Outras variações	5.000,00			5.000,00
Total	40.654,11	7.903,37	14.824,70	47.575,44

8.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			7.560,41		
Outras contas a receber			7.560,41		
Passivos financeiros:			8.025,95		
Fornecedores			1.836,70		
Financiamentos obtidos			21.124,75		
Outras contas a pagar			6.189,25		
Ganhos e perdas líquidos:			(718,09)		
De passivos financeiros			(718,09)		
Rendimentos e gastos de juros:			(840,57)		
De passivos financeiros			(840,57)		

8.4. Gastos a Reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 473,56 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor
Outros gastos	473,56

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em 31 dezembro de 2019 a federação tinha 2 colaborador.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	35.210,34	35.365,74
Remunerações do pessoal	29.458,59	29.538,19
Encargos sobre as remunerações	5.313,94	5.503,15
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	437,81	324,40

Não existem dívidas para com o colaborador.

10 - Impostos e contribuições

10.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		764,84		892,35
Contribuições para a Segurança Social		622,77		613,91
Total		1.387,61		1.506,26

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

11 - Fluxos de caixa
11.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	13.625,57	261.734,22	253.520,73	21.839,06
Outros depósitos bancários				
Total	13.625,57	261.734,22	253.520,73	21.839,06

11.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

12 - Outras divulgações
12.1. Acontecimentos após a data de balanço

Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

12.2. Gastos da atividade

Nome	Valor
Organização e gestão da federação	43.008,00
Desenvolvimento da prática desportiva	37.280,00
Seleções nacionais e alto rendimento	70.013,00
Desporto para todos	35.661,00
Gastos formação	9.531,00



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2019.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2019.

Lisboa, 9 de março de 2020

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 80.199 euros e um total de fundos patrimoniais de 49.661 euros, incluindo um resultado líquido de 2.085 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para



Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 9 de março de 2020

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:



Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)